

ECONOMIA SOLIDÁRIA E TERRITORIALIDADE: UMA CORRELAÇÃO DOS CONCEITOS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Kaizzer Ronno Leite Lima

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; kaizzer.ronno@gmail.com

Introdução

A Economia Solidária deve ser compreendida não somente pelo aspecto da pluralidade econômica, mas, concretamente, nas suas alterações espaciais que implicam em diversidade e complexidade inerentes a cada território. Tais territórios possuem diferentes níveis de organização, de estruturação e de institucionalização. Assim sendo, as experiências em Economia Solidária são diversificadas e dificilmente copiadas em outras localidades, devendo assim, considerar as peculiaridades de cada lugar. Cada lugar possui suas próprias características e sua identidade específica.

Embora todas as localidades estejam atualmente inseridas no contexto do capitalismo hegemônico, não significa que as normas impostas por esse sistema dominante irão destruir as estruturas existentes nos territórios onde a Economia Solidária está presente.

A Economia Solidária engloba a ação de vários sujeitos excluídos pelo sistema capitalista em territórios dissidentes. Estes sujeitos, por meio de empreendimentos econômicos solidários ou organizados em cooperativas e associações promovem, com seus projetos, o desenvolvimento territorial.

Neste sentido, este trabalho pretende estabelecer, com base em um levantamento teórico, uma relação entre os conceitos de economia solidária e territorialidade, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local.

Espaço, território e territorialidade

As noções de espaço e de território são diferentes. O espaço apresenta-se no nível da abstração, enquanto que o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado a partir de relações de poder, em suas diversas concepções. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço. Nesse sentido, para Scheibling (apud MACHADO, 1997, p. 23) “o território se diferencia do espaço pela noção concreta que apresenta”.

De acordo com Raffestin (1993), o território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. Desta forma, o autor pretende fazer uma distinção entre algo já "dado", o espaço – na condição de matéria prima natural e um produto resultante da moldagem pela ação social dessa base – e o território – um construto, passível de "uma formalização e/ou quantificação".

Conforme Le Berre (1995, p. 606), "O território pode ser definido como a porção da superfície terrestre, apropriada por um grupo social, visando assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais". Vem à tona, desta forma, a questão da produção e da gestão dos recursos ou da territorialidade.

Para Soja (1971, p. 19), referente ao aspecto político da organização do espaço pelo homem, a territorialidade pode ser vista como

"um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam".

Segundo Roncayolo, Soja acrescenta que a territorialidade interfere no comportamento humano em todos os níveis de atividade social e que sua noção é construída a partir da ideia ocidental de propriedade privada (RONCAYOLO, 1986).

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade.

Raffestin (1993) considera que a territorialidade é mais do que uma simples relação homem-território, ao colocar que além da concepção de parcelas individuais existe a relação social entre os homens. Dessa forma, a territorialidade seria "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema".

A territorialidade, como atributo humano, é antes de tudo regida por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade, de cultura para cultura, de um período para outro. Ela é resultante de processos de socialização, da psicologia coletiva, da interação entre seres humanos mediada pelo espaço.

Sousa (1995, p. 99) considera que “a territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial”; e ainda ao sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence”. A territorialidade reflete, então, o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social. “Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”, entendendo-se que “todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais”.

Dada a complexidade da sociabilidade humana, abrangendo diversas escalas tanto geográficas quanto sociais, a territorialidade dos grupos humanos pode ser estruturada, segundo Soja (1971, p. 34), por três básicos ingredientes: um sentido de identidade espacial, um sentido de exclusividade e uma compartimentação da interação humana no espaço. A identidade espacial se manifesta como um sentimento de afetividade ou de topofilia, conforme Yi-fu Tuan (1980; 1983). O senso de exclusividade só surge quando existe uma ameaça de invasão ao espaço familiar por parte de estranhos à cultura e ao ambiente desse meio, o que favorece uma atitude de auto-segregação coletiva. Quanto à interação espacial, estabelece-se um jogo de vantagens mútuas em função da proximidade. Diante dessa classificação, Raffestin (1993) reivindica uma dimensão social maior, argumentando que a relação homem-meio deve ser enfocada pelo prisma da classe social e do contexto histórico.

Assim, a territorialidade resultaria de uma construção social (moldagem de condicionantes espaciais) – são relações sociais formatadas espacialmente.

Economia Solidária

Para Santos (2002), a globalização neoliberal está sendo confrontada pela globalização alternativa, contra-hegemônica, organizada da base para o topo das sociedades. Chamada de “a outra globalização” pelo autor, é formada pelas redes e alianças entre movimentos, lutas e

organizações locais ou nacionais que nos diferentes lugares do mundo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a degradação do meio ambiente, as pandemias, e os conflitos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal.

Dessa forma, na perspectiva do conjunto social e do cooperativismo revolucionário, a economia solidária manifesta-se como um novo marco das relações socioeconômicas no âmbito comunitário, local e em rede.

Para Freire (1987 apud LIMA, 2010, p. 12), as relações solidárias produzem a consciência política do ser oprimido, liberta o homem de uma forma geral, até mesmo os opressores, nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório, na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores e, no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para Singer (2000, p. 13), a Economia Solidária configura-se

“como um modo de produção e distribuição alternativo [...], criado e recriado pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização desses meios” (SINGER, 2000: p. 13).

Ainda de acordo com o autor, o ponto principal dessa ideia é “a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (SINGER, 2002: p. 9). A Economia Solidária não é nova, nem foi desenvolvida em bases teóricas de forma individual. Ela é um processo, contínuo, de busca para a superação das deficiências e problemáticas do sistema atual produtivo, em que a experiência cotidiana e sua transformação em reflexão teórica buscam respostas para cada momento e lugar (SINGER, 2000, p. 14).

Em resumo, trata-se de uma organização econômica, onde predomina a solidariedade entre os trabalhadores na busca de meios democráticos de proporcionar a sobrevivência.

No que diz respeito à solidariedade, Singer (2002, p. 9) entende que o mesmo empreendimento dessa natureza é compreendido em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com o meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional.

A economia popular e solidária pode ser percebida em diferentes formas de organização, em que grupos se responsabilizam por criar sua própria fonte de existência com base no trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade com o menor custo, numa perspectiva solidária e de reciprocidade que prefere os interesses de grupo em detrimento aos individuais, seja por uma relação produtiva mais saudável ambientalmente e sustentável economicamente (LIMA, 2010, p. 14)

A solidariedade e cooperação são bases para a compreensão do significado de uma economia social, centrada e organizada para realizar metas comuns a todos e buscando gerar trabalho, recursos e rendas de forma comunitária e igualitária. O termo solidariedade reflete reciprocidade, lealdade e altruísmo. “O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (SINGER, 2002, p. 112). Já a criação e a estruturação de um empreendimento solidário seguem outra lógica, pois a cooperativa não surge apenas para garantir renda a seus sócios, mas como uma alternativa de organização de trabalho. A sua base repousa na propriedade social, não sendo privada ou estatal na sua origem.

Relação teórica entre Economia Solidária, territorialidade e desenvolvimento local

A Economia Solidária só pode ser entendida quando se considera o território, porque é ali que as relações sociais ocorrem e, por conseguinte, o desenvolvimento socioespacial. A autogestão, a justiça social, a qualidade de vida, a preocupação com o meio ambiente, dentre outros aspectos devem ser compreendidos a partir do território.

Segundo Mendes e Ortigoza (2015), os territórios onde se desenvolvem as práticas em Economia Solidária são aqueles produzidos pela comunidade e que não se deixam dominar pela ordem hegemônica capitalista. Assim sendo, tais territórios, dialeticamente, geram uma desordem no sistema dominante, com o intuito de estabelecer uma nova ordem, tornando-se, portanto, territórios da subversão.

Na Economia Solidária, o desenvolvimento sócio-espacial ocorre por meio de movimentos sociais que lutam por mais autonomia. O ativismo social rompendo com os planejamentos impostos, desempenham o papel de agentes de um “planejamento insurgente” e de gestores em “territórios dissidentes”, conforme argumenta Souza (2013, p. 76). Os movimentos sociais emancipatórios ou ativismos sociais modelam o território por meio de práticas espaciais.

Ainda segundo Souza (2013, p. 241):

“práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização social, a territorialidade, a “lugaridade”...) é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social é uma ação (ou conjunto de ações) inscritas nos marcos de relações sociais. Por isso é importante articular o conceito de prática espacial com os de relação social e ação social.”

As práticas espaciais insurgentes na Economia Solidária são específicas em cada território, enraizadas em lugares distintos e com aspectos peculiares. Dessa forma, conforme o autor mencionado, as práticas espaciais rompem com a submissão, almejando uma autonomia coletiva garantidora de acesso igualitário aos processos de tomada de decisões sobre assuntos de interesse coletivo.

A Economia Solidária como proposta de desenvolvimento local, segundo França Filho (2006), provoca impactos na (1) organização política, via fortalecimento do associativismo local; (2) na coesão social, via fortalecimento dos laços de solidariedade entre os moradores; (3) na afirmação cultural, via resgate das tradições e memórias de sua própria história; (4) na preservação ambiental, atentando-se para o cuidado com o ecossistema local; e (5) na gestão do conhecimento, via apropriação de novas tecnologias de informação.

Esse processo de desenvolvimento, vinculado à construção de territórios fundamentados nos princípios e valores solidários, parte da leitura de Pollany (1980), para quem as trocas podem ser viabilizadas pelo Estado, pelo mercado e pela cooperação, visto que essa última constitui-se no arcabouço teórico da economia solidária. Cooperação pressupõe confiança, participação, autogestão e relações sociais. Nesse aspecto, reportamos a associação desses elementos com o conceito de ação social de Weber (2000). A ação social ocorre com respeito a fins e valores, resultando em decisões também por tradição e afetividade, envolvendo outras relações que não apenas a estritamente econômica, presentes tanto em comunidade, como em organizações representativas. Nesse sentido, o objeto de Weber (2000) está muito próximo à construção de cooperação a partir da leitura de Pollany (1980). Dentro do contexto de cooperação, Begattini (1999) considera que essa fundamenta-se nas relações sociais, no sentimento intenso de pertencimento à comunidade local, na fusão entre o individualismo e o sentido comunitário de forma harmoniosa, e num estado de “desabrochamento pessoal”, em que deve estar presente o capital social.

Para Abramovay (2007), se os territórios podem ser estudados a partir dos laços sociais entre seus atores, é fundamental que se compreenda teoricamente a natureza desses laços, ou seja, a natureza do processo de cooperação em torno do qual se constroem os territórios. Além disso, é necessário compreender que os territórios são mais que mercados e envolvem o Estado, suas diferentes agências, os eleitos locais, os vários tipos de organização da sociedade civil, os partidos políticos e o próprio ambiente cultural de uma determinada região.

Conclusão

A economia solidária tem princípios que aos poucos vêm sendo concretizados nos territórios onde atuam, tais como a prevalência do coletivo nos processos de tomada de decisão; a justiça na produção e na comercialização; a conscientização do consumidor no que tange à sustentabilidade ambiental e social; o fortalecimento das cadeias produtivas locais; e o apoio às iniciativas que privilegiem o desenvolvimento territorial.

A Economia Solidária como proposta de desenvolvimento local, provoca impactos na organização política via fortalecimento do associativismo local, na coesão social via fortalecimento dos laços de solidariedade entre os moradores, na afirmação cultural via resgate das tradições e memórias de sua própria história, na preservação ambiental, atentando-se para o cuidado com o ecossistema local, e em alguns casos na gestão do conhecimento via apropriação de novas tecnologias de informação. Todos esses fatores juntos contribuem para o fortalecimento da territorialidade, ou seja, do fortalecimento da identidade das localidades onde a economia solidária se faz presente.

Embora as políticas públicas venham dando as diretrizes centrais do processo de desenvolvimento social, econômico e territorial, é, na esfera local, ou seja, do município, que essas políticas públicas se realizam de fato. Assim, são criados os planos e ações que consideram, sobretudo, a diversidade cultural, a identidade local e as experiências cotidianas das diferentes comunidades, sejam elas urbanas ou rurais.

A economia solidária tem um papel central no processo de emancipação social e produtiva nas comunidades onde estão presentes os empreendimentos econômico-solidários, pois ao incentivar iniciativas em economia solidária, volta o olhar para o território local, fazendo emergir, nas comunidades, potencialidades endógenas para o desenvolvimento de novas atividades produtivas solidárias.

O estudo evidenciou que as dimensões sociais envolvidas de uma comunidade, tendem a reforçar o território como um lugar em que há construção local a partir da história, das relações sociais e da identidade. Esta noção de lugar e de que a comunidade constitui um território é reforçada pela forte noção de pertencimento das pessoas com essa comunidade e com o forte vínculo de enraizamento local.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In: ORTEGA, A.C.; ALMEIDA FILHO, N. Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. Campinas: Alínea, 2007.

BEGATTINI, G. **Os Distritos Industriais na Itália**. In: COCCO, G., URANI, A.; GALVÃO, A.P. (Orgs) Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1999.

FRANÇA FILHO, G. C., A Economia Popular e Solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.C. et al.(Org.), **Ação Pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre-Salvador: EDUFRGS/EDUFBA, 2006.

LE BERRE, M. Territoires. Encyclopédie de Géographie. Paris: Economica, 1995.

MACHADO, M. S. **Geografia e epistemologia**: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. GEOuerj n. 1. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UERJ, 1997. p. 17-32

MENDES, A. A.; ORTIGOZA, S. A. G. **Economia Solidária, Práticas Espaciais e Territórios Dissidentes em Rio Claro (SP)- Brasil**. I CONPES- Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, 2015 (Congresso).

POLLANY, K. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: **Enciclopédia Einaudi**: região. Porto: Imprensa, 1986

SANTOS, Boaventura (org). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOJA, E. W. **The political Organization of Space**. Washington, D.C: AAG Commission on College Geography. 1971.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. J.L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL. 1980.

_____. **Espaço & Lugar**. A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL. 1983.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. v 1, 4 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.